

Resenha

O conceito de cultura: Afinal, a “jovem” metacontingência é necessária?¹

Resenha do livro “Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade”, organizado por João Cláudio Todorov, Ricardo Corrêa Martone e Márcio Borges Moreira. Santo André: ESETec (2005).

Hélder Lima Gusso²

Olga Mitsue Kubo³

Universidade Federal de Santa Catarina

O conceito de metacontingências chegou à maioridade: 21 anos! Em 1986 a pesquisadora americana Sigrid Glenn apresentou a noção de metacontingência para analisar o que ela chamou de seleção de práticas culturais. Desde então, em crescente quantidade de publicações, a noção de metacontingência tem sido examinada ou utilizada para analisar culturas. Já são mais de 20 anos de desenvolvimento e uso desse conceito, mas sua necessidade ou relevância para a análise de culturas não estão ainda claramente demonstradas. Ainda assim, há obras que têm contribuído no aumento da visibilidade sobre esse conceito e sobre a análise de culturas na Análise do Comportamento. O livro *Metacontingências: Comportamento, Cultura e Sociedade*, organizado por Todorov, Martone e Moreira (2005) apresenta como fenômenos culturais têm sido investigados a partir da noção de metacontingência, possibilita identificar aspectos críticos sobre essa noção e, por isso, vale a pena ser lido.

No livro, estão reunidos 13 artigos

nos quais é examinado ou utilizado o conceito de metacontingência. Entre os artigos, sete são republicações já disponíveis em língua portuguesa, publicadas em periódicos científicos, e dois são traduções de textos de Glenn. Considerando que são poucas as obras que analisam esse conceito e suas implicações, especialmente em língua portuguesa, a organização e a republicação de artigos importantes para o debate conceitual ou que possibilitam identificar as implicações para a análise de culturas são justificadas. Mas, considerando o objetivo da obra em debater a noção de metacontingência e suas implicações, a seleção dos artigos para compor o livro poderia ter incluído outros artigos de importância histórica. A ausência de dois dos artigos mais referenciados no próprio livro e em outras publicações internacionais sobre metacontingências (Glenn, 1988 e Glenn, 1991), dificulta a contextualização do debate sobre o conceito para o leitor, especialmente aos principiantes no assunto. Esses dois ar-

¹ O título desta resenha é uma analogia ao artigo “O Conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente?” de Andery e Sérgio (2005).

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: heldergusso@gmail.com

³ Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ok@cfh.ufsc.br

tigos, juntamente com o trabalho publicado no capítulo dois (Metacontingências em Walden II, Glenn, 1986), foram os pioneiros no debate da noção de metacontingências e são leitura obrigatória aos interessados em analisar esse conceito e as decorrências para análises culturais.

Dentre os 13 capítulos que compõem o livro, cinco merecem especial destaque (capítulos dois, sete, oito, onze e doze), embora os demais capítulos também tenham contribuições importantes para a análise do conceito. O capítulo dois, Metacontingências em Walden II (Glenn, 1986), tem grande valor histórico por ser o primeiro texto em que o termo metacontingência foi utilizado e, embora não apresente um extenso debate sobre esse conceito, são apresentados vários exemplos que auxiliam a compreender o que são metacontingências. Sendo um artigo que introduz um novo conceito, seria esperada uma ampla apresentação deste, de maneira a torná-lo claro ao leitor que acaba de ser a ele apresentado. Em vez disso, nesse artigo, o leitor encontrará definição de contingência de reforçamento e de metacontingência, com breve citação sobre a gênese do conceito de metacontingências. A principal contribuição desse artigo é a vasta descrição de exemplos de contingências e metacontingências em Walden II, obra de ficção de autoria de B. F. Skinner (1977), sobre uma sociedade planejada sob contingências de reforçamento positivo. Além desses exemplos, a autora estabelece relações entre as contingências e metacontingências descritas nessa obra com as da sociedade americana do século 20. Embora a autora nesse texto não ofereça definição precisa sobre o conceito, traz muitos exemplos daquilo que vem a chamar de metacontingências.

No capítulo sete, A imprensa como agência e ferramenta de controle social (Martone e Banaco, 2005), é apresentada

uma excelente análise do controle comportamental exercido pelas agências de comunicação e as repercussões desse controle numa cultura, que explicitam as relações entre os níveis de análise comportamental e cultural. Os autores demonstram, com os recursos da análise comportamental, que jornalismo imparcial não existe. Relatar, noticiar, apresentar são comportamentos e, logo, são controlados por variáveis que devem ser conhecidas pelo público. Ocultar as variáveis que controlam o comportamento de jornalistas e editores promove a “completa alienação do que ou quem está no controle” (p.77). Os autores destacam que a mídia, como grande agência formadora de opinião, é capaz de estabelecer padrões comportamentais, regras sociais, princípios éticos, e mesmo fortalecer determinados candidatos em eleições ou influenciar fatos políticos e históricos numa sociedade. Em função de as pessoas não terem contato direto com o ambiente de origem da notícia, ocorre que fiquem “sob controle de uma realidade construída (...), possibilitando a manipulação do que é relatado sobre esse ambiente por alguns membros da comunidade [jornalistas e demais membros da imprensa].” (p.67). Dessa forma, aquilo que é apresentado pela imprensa, bem como a forma como é apresentado, além de ser decorrência do comportamento das pessoas que constituem essa agência, repercute diretamente no comportamento dos membros de uma cultura, daí a importância de a população ter clareza sobre as variáveis que controlam os comportamentos das pessoas que compõem a mídia.

No capítulo oito, Igualdade ou desigualdade: manipulando um análogo experimental de prática cultural em laboratório, Vichi (2005) demonstra a possibilidade de estudar em laboratório o que é designado como “prática cultural”. O autor destaca que a maior parte dos estudos com

metacontingências é de "natureza teórica, interpretativa ou quase-experimental, sendo poucos trabalhos em perspectiva experimental" (p.83). São necessários, além das análises conceituais, estudos experimentais para avaliar o quanto metacontingência é um conceito que auxilia na visibilidade acerca da seleção de práticas culturais. Embora alguns autores já defendam amplamente a utilização desse conceito, as opiniões ainda não têm embasamento empírico-experimental. Nesse sentido, o trabalho de Vichi traz importante contribuição por indicar possibilidades de trabalhos experimentais com culturas, mesmo que em pequenas escalas no laboratório.

A partir do artigo de Vichi, também é possível evidenciar um aspecto polêmico: o mesmo fenômeno estudado pelo autor, analisado como "prática cultural", pode ser considerado por outros autores como um tipo de comportamento social. Análises culturais seriam, então, análises comportamentais? Afinal, o que caracteriza os conceitos de comportamento, cultura e prática cultural? Embora, por diversas vezes, nos artigos presentes no livro, sejam definidos tais termos, é possível observar conflitos nessas definições, bem como a dificuldade em diferenciar o que constitui uma análise comportamental do que constitui uma análise cultural. Essa indiferenciação é uma dificuldade antiga da própria Antropologia em diferenciar seu fenômeno de estudo do fenômeno de estudo da Psicologia, e vice-versa (Laraia, 2005).

A leitura dos capítulos onze, A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências (Andery, Michelleto e Sérgio, 2005), e doze, O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? (Andery e Sérgio, 2005), possibilita identificar

e caracterizar os principais conceitos utilizados em análises de cultura na Análise do Comportamento. As autoras apresentam, de forma sintética, as noções de 'comportamento social', 'prática cultural', 'cultura' e 'metacontingência', que são centrais para o tipo de análise que tem sido realizado sob o nome de metacontingência. Esses dois capítulos são boas referências para orientar os primeiros passos de analistas do comportamento interessados em analisar fenômenos culturais em relação aos principais conceitos utilizados, embora ainda não fique evidenciada a diferença entre análise comportamental e análise cultural.

Além dos cinco capítulos destacados e das contribuições dos demais autores para as análises de fenômenos culturais e da noção de metacontingência, três aspectos polêmicos podem ser explicitados para mostrar, ao leitor, como ainda não há clareza sobre a pertinência da noção de metacontingência para análises de culturas. O primeiro deles diz respeito à pouca visibilidade sobre a caracterização do conceito, e que pode ser percebida pela utilização inconsistente de expressões que se referem ao que é fundamental nesse conceito. Por exemplo, o título do capítulo cinco, republicação do artigo "O estatuto da Criança e do Adolescente como Metacontingência" (Todorov, Moreira, Prudêncio e Pereira, 2004), mudou nesta republicação para "Um estudo de contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente", apesar de não ter modificado o texto original. Já o capítulo três, republicação do artigo "A constituição como metacontingência" (Todorov, 1987), não mudou de título nesta republicação. Diante disso, fica pouco claro se leis são metacontingências, ou se leis descrevem contingências e metacontingências. O que levou os autores do capítulo cinco a modificar o título? Que diferenças são

explicitadas ao nomear leis como metacontingências ou afirmar que contingências e metacontingências estão contidas em leis? A despeito do valor inegável da contribuição propiciada por esses autores, especificamente pela iniciativa de analisar determinantes de fenômenos sociais em larga escala, e com isso possibilitar aprimorar o conceito de metacontingências, as mudanças apresentadas no título do capítulo tomado como exemplo, podem ser consideradas como inconsistências que caracterizam qualquer processo de aprimoramento conceitual. Esses estudos, assim como os de grupos de pesquisas mais recentes no Brasil, têm permitido identificar sutilezas conceituais importantes de serem examinadas relacionadas ao conceito de metacontingência, de modo a explicitar características fundamentais dessa noção e eventuais problemas que ainda precisam ser melhor avaliados.

O segundo aspecto polêmico possível de ser identificado a partir da leitura do livro é que, embora os artigos presentes no livro apresentem a noção de “metacontingência”, as análises de culturas efetuadas parecem contemplar mais a noção de contingência de reforçamento. Numa passagem na conclusão do capítulo sete, onde foi realizada análise sob o nome de metacontingência, os autores escrevem: “a utilização do conceito de contingência como instrumento de análise permite a identificação de relações específicas entre indivíduos e ambiente, assim como as mudanças produzidas por estas relações no ambiente e no sujeito” (Martone e Banaco, p.78). Novamente, cabe a pergunta: e o conceito de metacontingências, em que permitiu melhor visibilidade sobre o fenômeno comportamento ou cultura?

O terceiro aspecto polêmico se refere ao grau de eficiência do conceito de metacontingência para a análise de fenômenos culturais. Análises de fenômenos

sociais não são novidades na Análise do Comportamento, como bem explicitado por Andery, Michelleto e Sérgio no capítulo onze. Em seus trabalhos Keller e Schoenfeld (1966), Skinner (1998) e Staats e Staats (1973), por exemplo, já demonstravam interesse e perícia na análise de fenômenos culturais. Há trabalhos brasileiros de análise e síntese de fenômenos culturais que podem servir como exemplo de trabalhos em Análise do Comportamento bem-sucedidos e que não utilizam a noção de metacontingência. Botomé (1981), por exemplo, projetou intervenção experimental em um serviço público de saúde que repercutiu sobre o comportamento de milhares de funcionários e beneficiários desses serviços. Melchiori (1987) caracterizou comportamentos de profissionais de diferentes agências sociais que atuam em Educação Especial a partir das características da população atendida e dos tipos de serviço que estes precisam receber. Ferreira e Botomé (1984) elaboraram projeto de formação de recursos humanos para lidar com a inserção social de deficientes físicos. Além desses, dezenas de outros projetos de grande repercussão social poderiam também ser citados para exemplificar trabalhos em Análise do Comportamento que atuam sobre práticas culturais, mesmo sem mencionar a noção de metacontingência. Ao contrário do que é defendido no capítulo dez, Comentários sobre “Complexidade e Seleção: Implicações para a mudança organizacional” (Martone e Todorov, 2005), é possível, sem o conceito de metacontingências, estabelecer de que forma as contingências são organizadas de modo a atingir uma meta planejada. E não só é possível, como já é realizado há mais de 50 anos. A noção de metacontingência não tornará um novo campo de análise possível; poderá, talvez, aperfeiçoar as análises e sínteses culturais (Carrara, 2006). É essa contribuição que deve ser avaliada pelos analistas do comportamento: a noção de

metacontingência torna mais eficiente a análise de fenômenos culturais?

Por meio da leitura cuidadosa do livro, é possível identificar aspectos críticos na noção de metacontingência e conhecer como os fenômenos culturais têm sido examinados a partir dessa noção. Embora importantes artigos de referência nessa área não tenham sido incluídos no livro, há artigos preciosos e que vale a pena serem lidos. A noção de metacontingência é polêmica, e sua pertinência não é consenso entre analistas do comportamento. Mas, a despeito da decisão futura dos analistas do comportamento sobre a pertinência da noção de metacontingências, certamente os

estudos sob esse nome servirão de orientação para outros que virão. O estudo e debate sobre esse conceito não diminuíram a relevância das noções de “comportamento” e de “contingência de reforçamento”, e qualquer análise cultural dependerá dessas noções básicas da Análise do Comportamento para se concretizar. Nesse sentido, ao leitor interessado em analisar culturas, vale a pena ler a obra e, para melhor aproveitar a leitura, retornar às obras clássicas, como *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1998), recorrendo ainda à Antropologia, que fornece subsídios para debater mais amplamente a noção de cultura e diferentes formas de realizar análises culturais.

Referências

- Andery, M.A.P; Sério, T.M.A.P. (2005). O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? Em Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (2005). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: Esetec. (trabalho original publicado em 1997).
- Botomé, S.P. (1981). *Administração de comportamento humano em instituições de saúde: uma experiência para serviço público*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo – SP.
- Carrara, K. (2006). *Análise do Comportamento e questões sociais: qual a contribuição das metacontingências?* Anais do II Encontro de Análise do Comportamento de Curitiba. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Ferreira, M.R.; Botomé, S.P. (1984). *Deficiência física e inserção social: a formação dos recursos humanos*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul.
- Glenn, S.S. (1986). *Metacontingencies in Walden Two*. *Behavioral Analysis and social action*, 5, 2-8.
- Glenn, S.S. (1988). *Contingences and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism*. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179.
- Glenn, S.S. (1991). *Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution*. Em P.A.Lamal (org.). *Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices*, pp.39-73. New York: Hemisphere Publishing Corporation.
- Keller, F.S.; Schoenfeld, W.N. (1966). *Princípios de Psicologia*. Tradução organizada por C.M.Bori e R.Azzi. São Paulo: EPU. (trabalho original publicado em 1950).
- Laraia, R.B. (2005). *Cultura: Um conceito Antropológico*. 18 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Melchiori, L.E. (1987). *Derivação de comportamentos institucionais e profissionais em relação a pessoas com “deficiência mental” a partir da caracterização desse problema na população de um município*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo-SP.
- Skinner, B.F. (1977). *Walden II*. Tradução organizada por R.Moreno e N.R.Saraiva. São Paulo: EPU. (trabalho original publicado em 1948).

- Skinner, B.F. (1998). *Ciência e Comportamento Humano*. 10 ed. Tradução organizada por J.C.Todorov. São Paulo: Martins Fontes. (trabalho original publicado em 1953).
- Staats, A.W.; Staats, C.K. (1973). *Comportamento Humano Complexo*. Tradução organizada por C.M.Bori. São Paulo: EPU. (trabalho original publicado em 1963).
- Todorov, J.C. (1987). A constituição como Metacontingência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7, 9-13.
- Todorov, J.C.; Moreira, M.; Prudêncio, M.R.A. & Pereira, G.C.C. (2004). O Estatuto da Criança e do Adolescente como metacontingência. Em M.Z.S.Brandão; F.C.S.Conte; F.S.Brandão; Y.K.Ingberman; V.L.M.Silva; S.M.Oliani (orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição: contingências e metacontingências, contextos sócio-verbais e o comportamento do terapeuta*, pp. 44-51. Santo André: ESETec.
- Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (2005). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: Esetec.

Recebido em: 07/05/2007

Primeira decisão editorial em: 17/05/2007

Versão final em: 14/09/2007

Aceito para publicação em: 16/09/2007